

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.805.892 - CE (2019/0086386-5)**

**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**RECORRENTE : TBM S A INDÚSTRIA TÊXTIL**  
**ADVOGADO : IGOR CESAR RODRIGUES DOS ANJOS - CE026482**  
**RECORRIDO : FAZENDA NACIONAL**  
**RECORRIDO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO : MATHEUS AGUIAR DE BARROS - PE033951**

**DECISÃO**

Vistos, etc.

Trata-se de recurso especial interposto por TBM S.A. Indústria Têxtil, com amparo na alínea "a" do inciso III do art. 105 da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TRF da 5ª Região assim ementado (e-STJ, fl. 408):

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS CONVERTIDA EM DEPÓSITO JUDICIAL. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. AUSÊNCIA DE NATUREZA TRIBUTÁRIA. CORREÇÃO PELA SELIC. DESCABIMENTO.

1. Cuida-se de Agravo de Instrumento interposto por TBM S/A INDÚSTRIA TÊXTIL contra decisão da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará, que, em sede de execução fiscal já extinta sem resolução de mérito, indeferiu pedido da agravante para que fosse determinada à Caixa Econômica Federal a atualização, pela taxa SELIC, dos valores retidos em outro processo, por força de penhora no rosto dos autos, posteriormente desconstituída em virtude da extinção da execução fiscal.

2. O cerne da controvérsia trazida à apreciação desta Corte Regional no presente agravo de instrumento reside na definição do índice de correção monetária a incidir sobre valores que foram objeto de penhora no rosto dos autos para garantia de execução fiscal, tendo em vista a desconstituição da medida constritiva, bem como na fixação da responsabilidade pela correção de tais valores.

3. Do compulsar dos autos, observa-se que a FAZENDA NACIONAL propôs execução fiscal em desfavor da pessoa jurídica TBM S/A INDÚSTRIA TÊXTIL, no bojo da qual o juízo da 9ª Vara Federal da Seção Judiciária do Ceará deferiu o pedido de penhora de créditos disponíveis para a executada nos autos do processo nº 0028770-86.2001.4.01.3400, em trâmite na 7ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Brasília.

4. Entrementes, a TBM S/A INDÚSTRIA TÊXTIL obteve êxito nos embargos à execução fiscal, tendo o juízo *a quo* estabelecido o levantamento da penhora anteriormente determinada como garantia da execução. Ocorre que, por ocasião da percepção dos valores, a executada manifestou insurgência quanto à sistemática de atualização aplicada pela Caixa Econômica Federal (banco depositário), ao argumento de que, como o montante depositado fora penhorado para fins de garantia de uma dívida

# *Superior Tribunal de Justiça*

tributária, deveria ter sua correção monetária regida pelas normas pertinentes aos débitos dessa natureza, ou seja, com aplicação da taxa SELIC.

5. Em resposta à postulação da executada, ora agravante, o juízo de primeiro grau decidiu que "seria necessária uma nova demanda para que a Caixa, participando efetivamente da relação processual na condição de ré, tivesse a oportunidade de defesa e contraditório". E precisamente essa a decisão atacada pelo recurso ora apreciado.

6. No caso, não se vislumbra possível a imputação de eventual responsabilidade por fazer incidir os juros e a correção monetária à instituição financeira responsável pela administração dos valores depositados a título de garantia - na hipótese, a CEF -, visto que sequer lhe fora determinado pelo juiz ou mesmo lhe alertado pela União exequente o fato de que deveria ter sido transferido o montante depositado para uma conta de natureza tributária, e daí então se passaria a aplicar a taxa SELIC pretendida.

7. Não se discute, portanto, se a aplicação da Súmula 271 do STJ ("A correção monetária dos depósitos judiciais independe de ação específica contra o banco depositário") é devida ou não, até porque, in casu, houve o levantamento dos valores nos próprios autos, à míngua de ação própria, com a incidência de correção monetária relativa à caderneta de poupança (aplicável a créditos de natureza não tributária), efetivamente se debatendo, pois, nestes autos, se tal taxa de correção estaria correta ou se outra era devida (a SELIC, na hipótese). Assim, não há falar em se determinar que a CEF corrija o depósito pela taxa SELIC, dado que o erro não lhe é imputável no caso de que se cuida.

8. Agravo de instrumento desprovido.

Os embargos de declaração opostos contra aludida decisão não foram providos.

A insurgente alega existência de contrariedade aos arts. 4º e 39, § 4º, da Lei n. 9.250/1995; 161, 840, I, e 1.058 do CPC, por entender que o estabelecimento que recebe dinheiro em depósito judicial deve responder pelo pagamento da correção monetária.

Foram apresentadas contrarrazões.

Admitido o recurso especial na origem, os autos vieram-me conclusos.

É o relatório.

O aresto impugnado encontra-se sedimentado no fundamento de que os valores bloqueados, por ordem judicial, pela Caixa Econômica Federal estavam depositados, originalmente, em outra ação que não possuía natureza tributária e, portanto, não era corrigido pela Selic. Observa-se (e-STJ, fl. 396):

O curioso é que esses valores, segundo diz o memorial e vi na ementa do voto do relator, onde não se nega esse fato, é que esse dinheiro não estava em depósito corrigido por SELIC, estavam em um depósito que tem uma correção inferior à SELIC. Se o juiz mandar pagar pela SELIC, quem é que vai suportar o prejuízo?

[...]

Penso que este é o dispositivo que a parte maneja, para pretender que seja

SELIC, mas acontece que não houve depósito de dinheiro. A parte tinha uma ação de natureza tributária em que queria oferecer uma garantia. Ofereceu uma garantia de um depósito que havia feito em outra ação; aliás, não foi ela quem fez, era um valor que ela tinha para receber, e este valor não era corrigido pela SELIC. Como ela quer que o banco transforme para SELIC? Não é o caso da lei, porque a lei se refere àquele caso do contribuinte que depositou em dinheiro. Ele não depositou em dinheiro e o que defende, no memorial, é que tinha o direito a levantar, e não o fez, e, a partir da data em que não levantou, aquilo deve ser tratado como dinheiro. Sabemos que, quem vai fazer um depósito bancário, faz em uma determinada conta. Quando chega ao término da data do levantamento, entrega o dinheiro e a TR. Ele não é parte no processo e o juiz diz que agora ele vai entregar a SELIC. Eu não vejo como. Penso que a súmula que diz que o banco tem que devolver sem precisar de uma ação, é porque tem que devolver o que está lá e o valor, no caso dos autos, não está lá. As razões da minha divergência são estas.

[...]

Eu acho que seria possível discutir isso, mas em uma ação própria ou coisa parecida, e acho que não seria contra a Caixa Econômica Federal, porque quem deu prejuízo, se é que deu, ao cliente, que eu acho que não deu, foi a União, porque, na hora em que o sujeito diz que há um depósito de precatório feito, todo depósito de precatório tem uma correção, e isso está na lei, e não é Selic. Então, esse depósito que estava lá, e que foi utilizado como garantia, está sujeito a uma correção monetária e a juros que é o que a Caixa Econômica Federal já entregou e a parte não quer, porque quer mais. É um valor, pelo que vi, correspondente a um depósito de quatro milhões e não sei quantos mil reais.

No entanto, a parte recorrente deixou de refutar tal fundamento.

A não impugnação de fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido atrai a aplicação do óbice da Súmula 283/STF, inviabilizando o conhecimento do apelo extremo.

A propósito:

ACÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL FISCALIZAÇÃO DE PROVA DE RODEIO. COMPETÊNCIA DO ENTE ESTADUAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA MUNICIPALIDADE. ANÁLISE DE DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO STF E ÓBICE DA SÚMULA N. 280/STF. ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECEDENTE. AFASTAMENTO. FUNDAMENTO NÃO REBATIDO NO APELO NOBRE. ÓBICES DAS SÚMULAS N. 283/STF E 284/STF.

I - Na origem, trata-se de ação civil pública ambiental ajuizada pelo Ministério Público Estadual contra a Municipalidade, a Prefeitura e a Associação de Criadores de Cavalo objetivando a adoção de medidas para coibir a realização de provas de laço em dupla ou similares.

II - Decisão monocrática de estabilização da tutela de urgência mantida pelo Tribunal *a quo*.

# *Superior Tribunal de Justiça*

III - A alegação de ofensa ao art. 5º da Lei n. 10.519/2002 demandaria a análise e interpretação de dispositivos da Constituição Federal e da Constituição Estadual, procedimento incompatível com a via do recurso especial, sob pena de usurpação de competência do STF e óbice da Súmula n. 280/STF.

IV - A indicação de afronta aos arts. 303, 304, § 1º, e 487, I, do CPC/2015, na pretensão de afastar a estabilização da tutela antecipatória, não merece análise, diante dos óbices das Súmulas n. 283 e 284/STF, na medida em que o recorrente não impugnou o fundamento do aresto vergastado em relação à ausência de interposição do recurso de agravo de instrumento no momento oportuno.

V - Agravo conhecido para não conhecer do recurso especial.

(AREsp 1.427.911/SP, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe 25/9/2019)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes  
Relator